

# MENSAGEIROS DE AQUÁRIO

Rubi Rodrigues<sup>1</sup>



## RESUMO

Este trabalho apresenta a tese de que os movimentos de rua que eclodiram mundo afora, a partir de 2012, não constituem fenômenos regionalmente localizados, mas, talvez, a manifestação primeira do *inconsciente coletivo da humanidade* que emerge como sinal dos tempos de maturidade cognitiva. A genialidade humana, intuindo o poder da unificação da espécie e as potencialidades da rede globalizada de comunicação, sente-se incomodada e desconfortável, pois pressente tanto a decadência do velho como o inevitável despertar do novo, um novo ainda difuso e indefinido, um novo que ainda reside apenas no inconsciente, mas que precisa ser compreendido e identificado para apaziguar o espírito. Aqui, esforçamo-nos para que o leitor possa, auscultando o seu próprio interior, encontrar respostas.

**Termos para indexação:** Movimentos de rua. Primavera Árabe. Inconsciente coletivo. Era de aquário. Mensageiros de aquário. Política planetária.

---

<sup>1</sup> Filósofo e escritor, pesquisador em Metafísica. MM G.33. Membro da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal. Idealizador e coordenador do projeto Segundas Filosóficas. ([www.segundasfilosoficas.org](http://www.segundasfilosoficas.org)).

## INTRODUÇÃO

Os fatos são: os movimentos de rua que irromperam no Brasil, em 2013; a perplexidade dos políticos diante das manifestações; a surpresa das elites do país, expressa em pronunciamentos de políticos e jornalistas; a falta de reação política do Congresso; o imobilismo oficial do governo e o caráter não partidário, espontâneo, pacífico e sem liderança formal do movimento. Qual a reação constatada? A infiltração de vândalos nas passeatas – surgidos do nada, como passe de mágica –, os atos de violência e a onda sistemática de quebradeiras no final das manifestações, a inibição temporária da manifestação legítima da cidadania, a estranha passividade da polícia diante das depredações – como se não houvesse legislação proibindo a depredação de patrimônio alheio –, o surgimento de condições psicológicas suficientes para justificar a criminalização legal dos movimentos de rua e, finalmente, a – descarada – invocação do rótulo de “legislação antiterror” como identidade do processo legislativo.

Deixando de lado a indignação pessoal, por ser considerado imbecil pelos estrategistas de plantão, não resta dúvida que alguém precisa acender a luz antes que essa ópera bufa transforme-se em tragédia.

Impõe-se, incontinenti, entender o que está se passando: ou entendemos agora ou seremos tragados por eventos que naturalmente decorrem de circunstâncias dadas. Ambos os lados demonstram desconhecer o que está efetivamente acontecendo, quer quando reclamam da falta de objetividade das reivindicações, quer quando alguém se apresenta como representante do movimento.

Esse movimento não começou no Brasil. Começou no Oriente Médio, com a chamada Primavera Árabe, e, agora, está presente praticamente em todo o planeta. O que estamos assistindo na Ucrânia não é diferente do que ocorre na Bolívia, não é diferente do que assistimos na Espanha, na Grécia, em Nova York, na Itália, na França, na Rússia, na Síria, no Egito, na Líbia, na Argentina, na Turquia, na Islândia, entre outros países. Naturalmente, todos esses casos possuem aspectos particulares, mas cabe suspeitar que, no fundo, haja algo comum. Observe-se que esses movimentos distinguem-se de outros, igualmente relevantes, mas que foram capitaneados, tais como, o de Martin Luther King, nos Estados Unidos; o de Nelson Mandela, na África do Sul; ou o das Diretas Já, no Brasil. Agora, não há líderes formais – a credibilidade simplesmente se esgotou – e nem objetivos claramente estabelecidos, há apenas o descontentamento generalizado e a sensação difusa de que não dá mais para sustentar modelos políticos que, na prática, tratam o povo como se gado fosse.

Estamos, cremos, diante de um fenômeno planetário, diante de uma manifestação da espécie humana em uníssono, de origem virtualmente ainda inconsciente ou meramente intuitiva. A globalização das informações mostrou que, em todo lugar, o povo sofre e é explorado por uma elite; mostrou que as guerras são apenas confrontos de interesses políticos em disputas de poder, nas quais o interesse dos povos apenas, acidentalmente, entra em pauta; mostrou que os políticos descumprem, sistematicamente, suas promessas e que os Estados modernos estão cada vez mais distantes do objetivo de promover o bem-estar das populações, que justificou a sua criação. Dado, no entanto, que isso tudo realiza-se sob a máscara inocente da democracia – que continua sendo justificada como solução *menos pior* –, todas essas percepções mantêm-se em plano inconsciente ou semiconsciente e não se traduzem nem em identidade nem em projeto.

A humanidade, é verdade, nunca foi globalizada e nunca se cultivou a unidade da espécie. Cultivaram-se tribos, raças, povos, culturas, religiões e sectarismos. Os Estados modernos aprofundam divisões. Cultivaram-se, ainda, divisões internas adicionais, geográficas, ideológicas e até bairrismos bizarros e nunca houve tempo, motivação ou incentivo para se pensar o todo da espécie. O sistema financeiro foi o primeiro a tornar-se global e, agora, o sentimento de frustração desperta um sentimento ainda difuso, porém, universal, prenunciando, talvez, uma globalização humana e, quem sabe, a percepção de que afinal somos todos irmãos de espécie, sujeitos a um destino comum.

Essa intuição de que estamos diante de uma manifestação do que, metaforicamente, pode ser chamado de *inconsciente coletivo da espécie* não nos dispensa da necessidade de atribuir uma identidade ao movimento, porque, somente mediante o esclarecimento dessa identidade, essa manifestação pode afastar-se de uma conotação esquizofrênica e ser, saudavelmente, canalizada para um projeto objetivo. E não se diga que estamos propondo o absurdo de realizar uma psicanálise desse inconsciente coletivo e descobrir suas motivações. Trata-se, ao contrário, de examinar a história da espécie a fim de identificar superestruturas determinantes presentes em fases históricas e ver se, assim, obtemos alguma razão estrutural justificadora do que, atualmente, a humanidade experimenta.

Nem se trata de fazer uma análise extensiva da história da humanidade, mas de arrolar alguns fatos estruturais que possam iluminar a questão. Em última instância e em nua verdade, trata-se de arrolar percepções que já tivemos e nos permitiram formular a hipótese de estarmos diante de uma manifestação do inconsciente coletivo da humanidade.

Nosso objetivo, portanto, neste artigo, é explicitar as percepções que obtivemos ao examinar a história da humanidade e que nos levaram à proposição da tese, na expectativa de, assim procedendo, contribuir para que o leitor possa, por si mesmo, desenvolver algum entendimento do significado profundo das manifestações de rua que se espalham pelo planeta.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O que vamos relatar foi descoberto por acaso, se é que acasos existem. Para que tais circunstâncias fiquem claras para o leitor, esclareçamos em que contexto essas descobertas se deram. Fazemos parte de um grupo de pensadores de Brasília, que se reúne, semanalmente, para discutir Filosofia. Iniciamos os encontros há quatro anos com foco em Teoria do Conhecimento, posto ser a motivação comum, o desejo de entender. Exploramos, por dois anos, um modelo interpretativo da realidade e do mundo, designado *logos normativo*, que potencializa um pensamento metódico dotado de escopo para contemplar não apenas as partes, mas também a totalidade dos fenômenos. Em 2012, um membro do grupo, em razão de a sua tese de doutorado contemplar o conceito de alma em Platão, propôs ao grupo um aprofundamento na obra platônica, o que foi aceito com entusiasmo.

## SUCCESSIVAS DESCOBERTAS

Não demorou a descobrirmos a tese da Escola de Tübingen (GAISER, 1963), amplificada pela Escola de Milão (REALE, 2004), que defendia e demonstrava a necessidade de se levar em conta as doutrinas não escritas de Platão<sup>2</sup>, para realmente se entender a sua obra. Logo depois, descobrimos o estudo de Szlezák (2008), identificando as origens pitagóricas da concepção de mundo adotada por Platão. Essa descoberta foi estimulante porque o modelo de *logos normativo* que o grupo adotava como referência tinha a mesma estrutura da *dédaca sagrada* de Pitágoras. A partir daí, tornou-se imperativo para o grupo pesquisar essa concepção, visando a especificar o que estava sendo chamado de doutrinas não escritas. Primeiramente, examinamos a Carta XVII de Platão, que reúne a mais extensa menção de Platão ao conteúdo de sua doutrina não escrita. Nesse trabalho (RODRIGUES, 2013b), foi demonstrado que Platão adotava como paradigma o modelo da *dédaca sagrada* de Pitágoras. Depois, novo trabalho (RODRIGUES, 2013a) demonstrou que tanto o modelo de Platão como o modelo de Pitágoras correspondiam, com precisa exatidão, ao modelo do *logos normativo* que publicamos, em 1999, e que traduzia, em linguagem científica moderna, aquelas concepções antigas que propiciaram o milagre grego clássico. Essa descoberta indicava que o modelo do *logos normativo*, intuído no século vinte como novidade, não aportava algo completamente novo, mas consistia, ao contrário, de modelo interpretativo, de certa maneira, teimoso, que volta e meia ressurgia na história da humanidade, naturalmente, em cada vez, descrito segundo a cultura da época.

Já era de conhecimento do grupo que Pitágoras havia estudado muitos anos com os sacerdotes nos templos do Egito. Por outro lado, os estudos que adotavam a tese das doutrinas não escritas de Platão eram e são unânimes em afirmar a importância do Neoplatonismo, não apenas na especificação dessas doutrinas como também na sua própria preservação. Com isso, nossos estudos foram canalizados para o Neoplatonismo, e o primeiro resultado alcançado nesse sentido demonstrou que, efetivamente, Pitágoras recolheu parte essencial de sua doutrina no Egito. Mostrou, porém, muito mais. Mostrou que a *dédaca sagrada*, ou seja, o *logos normativo*, já estava presente na mitologia egípcia, perfeitamente descrita, e constituía peça-chave do modo egípcio de ver o mundo. Essa era uma constatação desconcertante por muitas razões, a começar por demonstrar ser completamente equivocado o caráter depreciativo com que a racionalidade moderna contempla a mitologia em geral. O modelo do *logos normativo* – que é sobretudo a tradução científica do modelo geométrico inscrito na mitologia egípcia –, pretende oferecer solução para a teoria unificada do campo que, há cem anos, atormenta os físicos modernos e, também, para algumas perplexidades suscitadas pela mecânica quântica e precariamente contornadas com o conceito de não localidade. Como pode ser que uma concepção com tamanho potencial elucidativo esteja presente no início da história humana conhecida? Esse resultado superava definitivamente a ideia simplista de que os conteúdos da mitologia egípcia tenham sido criados, acidentalmente, em conversas de analfabetos à beira de fogueiras. Quem inventou as histórias da mitologia egípcia sabia das coisas e, provavelmente, sabia de coisas que ainda hoje sequer desconfiamos. Por que isso não consta dos manuais de história?

---

<sup>2</sup> O paradigma cognitivo que presidia a mente de Platão, somente era transmitido oralmente para seus alunos.

Portanto, o primeiro resultado da análise do Neoplatonismo que realizamos levou-nos a considerar a mitologia a sério e a perceber que ela representava, de fato, solução pedagógica genial, perfeitamente ajustada ao contexto iletrado da ocasião. Talvez, a única forma a possibilitar que certos valores fizessem parte da cultura. Com isso, mergulhamos na mitologia egípcia com redobrada atenção e fizemos descobertas que nos deixaram perplexos e que podem ser vistas em detalhes neste trabalho (RODRIGUES, 2014). Para os propósitos desta ocasião, pensamos bastar um pequeno resumo do constatado.

## **UMA HISTORINHA INSCRITA NA MITOLOGIA EGÍPCIA**

Para a mitologia egípcia, o mundo tinha origem divina, em um Deus Único, que nunca era representado por ser inefável. A construção do mundo dera-se por emanção e em perfeita ordem e harmonia, sob a determinação de princípios ou leis cósmicas imutáveis. Esses princípios eram, no singular, designados de *neter* e, no plural, de *neteru*. Esses *neteru* foram traduzidos por egiptólogos ocidentais como deuses, mas, na mitologia, eram entendidos como forças cósmicas.

Os *neteru*, por questões pedagógicas, eram personalizados e representados como entidades divinas. As principais entidades divinas envolvidas com a criação e a gestão do mundo eram cinco, assim designadas: Osíris, Ísis, Seth, Néftis e Hórus. Essas cinco entidades constituíam uma família divina cuja história contextualizava a existência do mundo egípcio. Osíris era o princípio criador, o princípio úmido e gerador da vida e, por isso, era assimilado ao rio Nilo, que fecundava as terras do Egito. Ísis era o receptáculo a ser fecundado e, por isso, era assimilada às terras banhadas pelo Nilo, nas quais brotava a vida. Seth era o princípio geral de oposição, um princípio seco que era assimilado às areias escaldantes dos desertos que ladeavam o Egito pelo oriente e pelo ocidente. Néftis era a esposa de Seth. Hórus era filho de Osíris e Ísis e era assimilado à criação, à vida que brotava na redoma que acompanhava o Nilo. Conta a história que Osíris casou com Ísis e tornou-se rei do Egito e que ambos eram adorados pelo povo que vivia muito feliz. Seth, porém, odiava Osíris e tinha ciúme da popularidade dele. Assim, um dia, arranjou uma briga com ele, matou-o, cortou seu corpo em 14 pedaços e os espalhou pelo Egito. Depois da morte de Osíris, Seth, como marido de Néftis, tornou-se rei do Egito e governou como tirano. Ísis partiu em busca do seu amado e conseguiu reunir todos os pedaços, exceto o falo que tinha sido engolido por um peixe. Ela reconstituiu o corpo do esposo, criando a primeira múmia egípcia. Osíris e Ísis não tinham filhos, mas, usando de magia, ela conseguiu despertar Osíris por uma noite e ser fecundada. Assim, concebeu um filho chamado Hórus, que foi criado secretamente às margens do delta do Nilo. Seth ficou sabendo da criação e tentou matá-la, mas Ísis conseguiu escondê-la. Quando Hórus cresceu e se tornou adulto, desafiou Seth pelo direito ao trono. Consta que eles vivenciaram muitas lutas e, finalmente, por não haver vencedor, foram ao conselho de *neteru* e expuseram seus casos. O conselho resolveu que Hórus (o Osíris revivido) deveria governar o povo egípcio e Seth deveria reinar sobre os “desertos/terras baldias”, ficando, assim, encerrada a grande luta.

## A INTERPRETAÇÃO DA HISTORINHA

Essa historinha de inocente não tem nada. Para os membros das Segundas Filosóficas que adotam o *logos normativo* como referencial e vislumbram o mundo organizado em dimensões, essa família de divindades mitológicas indica que quem criou o mito conhecia e tinha pleno domínio dos axiomas da existência e das leis que regulam e normatizam a existência neste universo. Esse fato, por si só, já indica que a história da humanidade, retratada nos manuais de história, não está contando toda a verdade quando sugere que os antigos eram brancos e que os sabidos somos nós, os modernos. Essa historinha revela-nos, no entanto, algo ainda mais desconcertante. O *logos normativo* mostra que Osíris, o poder úmido e fecundador, corresponde ao **ser** e que Seth, o poder seco que se contrapõe ao úmido, corresponde à materialidade e ao **ter**. Ora, nós, hoje, na civilização ocidental, estamos vivendo sob o império da materialidade e, portanto, do **ter**. Isto é, estamos novamente sob o reinado de Seth, o que significa que lá, no começo dos tempos, a humanidade já viveu sob o império da materialidade – um império que impôs sofrimento ao povo –, tal como, hoje, estamos vivendo – e sofrendo. Entretanto, informa igualmente que esse império do **ter** pode ser superado. Como? Atendendo ao que as leis universais preconizam: restabelecer o governo de Osíris ou do **ser**.

Gadalla, o autor desse relato, destaca, ainda, que a grande luta não foi decidida pela força bruta, mas pela decisão lúcida de um conselho formado por seus semelhantes, fazendo prevalecer o acordo e o princípio da coexistência (GADALLA, 2001). Observe-se que ele não fala em princípio da convivência, mas em princípio da coexistência, referindo-se, portanto, a determinações estruturais da existência que é regida por leis universais imutáveis e, também, inevitavelmente, implacáveis. Daí, se poder arguir que uma civilização materialista contraria as leis da existência, submete o homem a sofrimentos injustificados e, naturalmente, provoca revolta. Observe-se, ainda, que a criação, Hórus, é fruto da família toda, das leis da criação em sua totalidade. Essa criação dotada de totalidade resulta ser a realização do **ser** que é princípio criador e intelecto. Por isso, afirmamos que temos um corpo. Ceder o comando à materialidade ou a Seth implica o absurdo de admitir que o corpo nos têm, que o corpo nos possui, algo que o mais branco dos homens, conscientemente, não aceita.

É preciso, em adendo, perceber que a mitologia relata que, na história egípcia, o governo foi retirado de Seth e entregue a Hórus – o Osíris renascido. Como pode ser, então, que, hoje, estejamos novamente sob o governo da materialidade? Uma resposta seria admitir que o processo é cíclico e que as predominâncias se revezam. Pensamos, porém, ser mais plausível entender que os egípcios foram levados a cometer o erro de não respeitar a lei da totalidade. O Egito, na ocasião, não congregava toda a humanidade existente. Era um fenômeno geograficamente localizado. Com isso, a educação nem mesmo foi estendida a todo o povo egípcio, de sorte que apenas a elite tinha acesso e cultivava tais conhecimentos. Dado que era a elite que comandava, o império durou milênios, mas acabou devorado pelo restante da humanidade que também evoluía à margem do Mediterrâneo, cultivando preceitos bélicos. Uma civilização centrada no ser dedica-se a realizar o ser em suas melhores potencialidades, isto é, investindo na ampliação da capacidade cognitiva de todos os seus membros, visando a transformar não o país em uma potência econômica ou bélica, mas a nação em uma potência cognitiva. Com isso, recolhe-se mais uma bela lição da historinha que pode ser útil no futuro: é indispensável que um governo do ser congregue todos os

homens do planeta, sem exceção, e não deixe ninguém de fora se quiser realizar-se plenamente e sobreviver, também, no longo prazo.

## **UMA HISTORINHA DA MITOLOGIA GREGA**

Encantados com a riqueza conceitual encontrada na mitologia egípcia, perguntamo-nos se teríamos surpresas semelhantes na mitologia grega. Escolhemos para análise a epopeia órfica dos intrépidos argonautas que, embarcados na nave Argos, aventuraram-se por mares desconhecidos, em busca do velocino de ouro. Os relatos de viagem de Orfeu (PORFÍRIO, 1987) proporcionam-nos um mergulho de corpo e de alma na cultura grega arcaica, quando a presença dos deuses era ostensiva e homens e deuses compartilhavam o mesmo espaço. Todas as forças da natureza eram divinas, e nenhum empreendimento humano era posto em marcha sem que antes os deuses fossem invocados e homenageados com oferendas e sacrifícios e a proteção deles fosse humildemente requisitada. Na mesma obra, os hinos órficos descrevem oitenta e sete deuses, cada um representando um aspecto ou uma força da natureza, o que serve de indicativo do grau de sensibilidade e comunhão que os gregos antigos desenvolveram junto à natureza. Essa invocação prévia das divindades órficas produzia sintonia com as forças cósmicas que, certamente, favorecia, de modo relevante, o sucesso dos empreendimentos. Hoje, o homem moderno acorda, pega o carro e sai sem, ao menos, olhar como está o tempo. Talvez, na roça, ainda subsista algo dessa sintonia com a natureza, porque o agricultor precisa abrir a janela, olhar o tempo e decidir que tipo de tarefa pode ser realizada. Fora isso, embora a sensibilidade pela arte, pela música e pela beleza continue a ser cultivada por muitos e exercícios orientais estejam na moda, raramente, a sintonia com as forças cósmicas constitui preocupação habitual. A par dessa perda de sintonia e de sensibilidade, há, ainda, uma perda social relevante na medida em que nenhum grego antigo ousava desafiar os deuses que, ao contrário, representavam modelos a serem seguidos e imitados, em procedimento que ordenava a sociedade e conferia dignidade aos homens.

O segundo aspecto da epopeia dos argonautas que cumpre destacar neste trabalho diz respeito a um episódio ocorrido durante a viagem: a nave tinha aportado em um golfo tranquilo, e os argonautas festejaram com residentes das cercanias, em banquete que se estendeu até o anoitecer. Foram, então, surpreendidos por gigantes que desceram das montanhas, tendo de travar intensa luta com eles. Nessa luta, morreu Cícico, filho de Eneu, e, quando a luta acabou, os argonautas subiram na nave, que não conseguiu colocar-se ao largo porque as amarras não se soltaram. Cansados, acabaram dormindo e o piloto recebeu em sonho a visita da deusa Atenas, advertindo que estavam em falta com os deuses, ao deixarem o corpo de Cícico estendido no campo de batalha. O piloto acordou todos, desceram novamente à terra, prestaram as homenagens fúnebres ao herói morto, fizeram sacrifícios aos deuses e ergueram um altar a Rea “para que as gerações futuras soubessem que ali a nave Argos tinha ficado retida”. Ou seja, restabelecida a harmonia com os deuses, subiram à nave, se aplicaram aos remos e as amarras suavemente se soltaram permitindo ao barco seguir viagem. Esse episódio levou-nos a compreender que a viagem dos argonautas representava a viagem da espécie humana pela existência e pelo processo civilizatório que, por vezes, é retido em certo contexto histórico, tal como o que hoje estamos experimentando, em retenção

que virtualmente persistirá enquanto os homens não se reconciliarem com os deuses ou restabelecerem sintonia com as forças cósmicas.

## TENTANDO CONCLUIR

O neoplatônico Jâmblico, ao descrever a teogonia egípcia, esclarece que os deuses egípcios, na condição de forças cósmicas geradas pelo Deus Único, não eram afetados pelos homens e nem se imiscuíam em assuntos humanos (JÂMBLICO, 1997). Eram, ao contrário, impassíveis promotores do bem, tendo em vista a ordenada e harmônica realização de toda a criação. Portanto, a teologia egípcia não preconizava a existência de um deus despachante de pedidos humanos e nem seria possível alterar o curso normal de leis perfeitas e justas que estivessem em ação. Jâmblico esclarece, porém, que isso não invalidava as invocações e as homenagens que os homens prestavam aos deuses, pois tais atos de contrição restabeleciam a sintonia dos homens para com os deuses e essa sintonia restabelecida, por sua vez, propiciava que os homens voltassem a desfrutar dos influxos positivos e das dádivas que, regular e constantemente, emanam dos deuses; ou seja, não eram os deuses que se sensibilizavam com as súplicas, mas o próprio homem que se reconciliava com as forças cósmicas. Essa explicação esclarece, com rara luminosidade, o comportamento do pai, na parábola bíblica do filho pródigo, que se regozija com o retorno do filho, sem perguntar por onde ele andou ou como perdeu o seu dote. Na condição de força cósmica impassível, efetivamente não importa o quanto alguém tenha-se afastado das leis universais, pois, ao retomar a sintonia com elas, passará a desfrutar dos seus benefícios como se nada tivesse acontecido, o que não significa que a dificuldade de retornar não seja proporcional ao tamanho do afastamento.

A passagem da Idade Média para a Modernidade deu-se a partir do resgate dos textos gregos clássicos, particularmente de Platão e Aristóteles, que se revelaram esclarecedores das contradições e dos sofrimentos impostos aos homens pelo modelo feudal. Agora, este mergulho, ainda mais profundo na história, revelando pepitas de sabedoria incrustadas na mitologia, curiosamente, também lança luz na confusão que, por sua vez, a modernidade cartesiana gerou. As lições da mitologia sugerem, sem quaisquer sombras de incoerência, que a civilização ocidental está afastada das leis que regulam a existência e que o sofrimento que está angustiando a humanidade resulta desse afastamento. Perceba-se que esse diagnóstico não decorre de alguma particular concepção dogmática ou ideológica, mas se alicerça sobre um modelo de formatação científica, cujo propósito não é alguma eventual conquista de poder, mas a explicação das condições segundo as quais a existência se estabelece em nosso universo.

Será que essas percepções autorizam-nos a pensar que a humanidade pertencente a um mundo que celeremente se globaliza já percebeu, ainda que inconscientemente, estar na iminência de transformações sociais telúricas? Estará a humanidade percebendo ter chegado a hora de tirar Seth do trono e reconduzir Osíris? Os estudos que realizamos demonstram que a Filosofia ocidental surgiu, herdando conceitos da mitologia. Demonstrou, igualmente, que a religião cristã também possui raízes profundas na mitologia, o que nos sugere ser perfeitamente plausível entender que a Astronomia moderna, que tantas conquistas têm alcançado, também possua justificadas raízes na Astrologia. E o que a Astrologia nos diz? Diz-nos que estamos mudando de era. Diz-nos que finda a Era de Peixes e

se inicia a Era de Aquário. Qual é o símbolo de Aquário? – Água. E, na mitologia egípcia, quem simboliza a água? – Osíris, o ser, o poder fecundador, o intelecto.

Pode isso tudo constituir mera coincidência? Ou estamos diante de mudanças estruturais insuspeitas, inerentes, talvez, ao ciclo existencial de longo prazo do próprio sistema solar? Estarão amadurecendo os frutos dourados do sol? Os movimentos de rua que eclodem pelo mundo estarão indicando que Hórus cresceu, tornou-se adulto e está reclamando o trono? Será que a força e a esperança que retiram as pessoas da comodidade de suas casas e as levam para as ruas resultam do descrédito no modelo materialista decadente e ineficaz, somado à intuição ainda difusa de uma Era de Aquário potencial que desperta? Os políticos, ciosos de seus privilégios, pensam que esse movimento visa a reduzir o preço das passagens ou a reformar o sistema político vigente. Pensam que enfrentam forças locais movidas por questões localizadas na paróquia. No entanto, trocar o **ter** pelo **ser** implica novo padrão civilizatório, novo modelo civilizatório e não meramente novo regime político. Caso essa análise esteja certa, possivelmente se trata não de reformar, mas de extinguir o sistema político vigente e criar outro que, virtualmente, vai dispensar representação, estado autárquico, concentração de poder e muitos outros penduricalhos. Osíris preconiza um império do ser, de um ser que a natureza instrumentalizou com razão e capacidade de operar tanto a inteligência organizativa que molda os fenômenos singulares como a inteligência criativa que – a partir de um aparente nada – cria e edifica o universo. Efetivamente, conservar ignorante um ser com essas potencialidades, apenas para usá-lo como mão de obra barata no processo produtivo, configura um desperdício e uma imbecilidade total.

A questão é saber se esta interpretação está correta, se o descrito está efetivamente presente no inconsciente das pessoas. Apenas o leitor pode comprovar isso. Individualmente, ao ler, cada leitor vai descobrir se ele, pessoalmente, identifica-se com a concepção e se ela, efetivamente, está presente no seu espírito. Coletivamente, porém, a comprovação irrefutável dar-se-ia caso todos os manifestantes, em todos os movimentos, de todas as partes do mundo, ostentassem um símbolo comum, não podendo ser um símbolo qualquer, mas um símbolo representativo de Aquário, tal como esses que estão disponíveis na Internet<sup>3</sup>.



Um símbolo de Aquário, ostentado por milhões de pessoas no mundo todo, eliminaria qualquer possibilidade de o movimento continuar sendo interpretado como manifestações regionais isoladas, vinculadas a problemas locais. As

---

<sup>3</sup> Figuras recolhidas em:

<<https://www.google.com.br/search?q=simbolo+de+aqu%C3%A1rio&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=we8TU63kE4fbkQeMtoGoDQ&sqj=2&ved=0CCsQsAQ&biw=1135&bih=757>>.

lideranças planetárias teriam de admitir tratar-se de um só movimento, dotado de identidade própria que representa um problema planetário e que, portanto, exige, também, uma resposta planetária: a humanidade, exigindo que se promova celeremente a transição para a Era de Aquário, na qual o propósito seja desenvolver o **ser** que está presente em todos os homens, sem desperdiçar nenhum deles, e, assim, tornar essa humanidade uma potência cognitiva engajada na realização plena da vida e da criação. Um movimento massivo dessa ordem, em todo o planeta, certamente colocaria o sistema e as lideranças atuais em xeque e mudaria essa agenda política que, como pião, gira, sem sair do lugar, porque, tal como a nave Argos do episódio citado, está retida enquanto o homem não se reconcilia com os deuses.

Antes que esse xeque-mate torne-se possível, é, porém, indispensável que, em cada cidade, um número suficiente de pessoas aprenda a pensar o todo e domine o paradigma do *logos normativo* que fornece embasamento lógico e racional para esse desejo de mudança que, até agora, apenas se apresenta como mera intuição e sentimento difuso. Promover mudança requer mais do que apenas ter intenção. Requer convicção e competência para defender e demonstrar os ganhos que potencializa e os problemas que supera. Será indispensável mostrar a real possibilidade de ensinar as crianças, desde cedo, a pensar o todo e a compreender os prejuízos dos egoísmos e sectarismos, e isso exige domínio pleno do referencial. Também exige esse domínio do referencial o trabalho de corpo a corpo para ampliar o número de pessoas exigindo mudanças e, também, para projetar tanto o novo modelo social como a transição. Nesse processo, apenas podem ser úteis pessoas que compreendam o que estão fazendo, compreendam por que estão fazendo e tenham a convicção de que fazê-lo representa o melhor para toda a humanidade.

Não basta aderir, vestindo uma camiseta com motivo de Aquário, impõe-se desejar e empenhar-se na construção de uma humanidade que possa olhar para a galáxia com dignidade, altivez e responsabilidade. Algo somente alcançável depois de tornar o nosso planeta uma redoma de vida na qual as águas de todos os rios sejam potáveis e depois de o povo todo ter conquistado maturidade cognitiva. É preciso uma humanidade cujos membros tenham orgulho e não vergonha da espécie a que pertencem, tenham orgulho da condição humana e desfrutem do bem-estar próprio de quem vive em sintonia com as forças cósmicas.

Brasília, março/2014.

## REFERÊNCIAS

GAISER, Konrad. *Platons ungeschriebene Lehre*. Studien zur systematischen und geschichtlichen Begründung der Wissenschaften in der Platonischen Schule. Stutgard, 1963, 1968.

JÂMBLICO. *Sobre los misterios egipcios*. Biblioteca clásica Gredos, 242. Introdução, tradução e notas de Enrique Ángel Ramos Jurado. Madrid: Editora Grados, 1997.

PORFÍRIO. *Vida de Pitágoras, Argonáuticas Órficas, Himnos Órficos*. Biblioteca clásica Gredos. Introdução, tradução e notas de Miguel Periago Lorente. Madrid: Editora Grados, 1987.

REALE, Giovanni. *Para uma nova interpretação de Platão*. 2 ed. Tradução de Marcelo Perine, a partir da 14ª edição italiana. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Original Vita e Pensiero, Milão, 1991.

RODRIGUES, Rubi G. *A concepção pitagórico-platônica da natureza ou a constituição ontológica da natureza*, 2013a. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/sem-categoria/a-concepcao-pitagorico-platonica-da-natureza-ou-a-constituicao-ontologica-da-natureza/>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999.

\_\_\_\_\_. *Carta VII de Platão: as doutrinas não escritas*, 2013b. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/carta-vii-de-platao-as-doutrinas-nao-escritas/>>. Acessado em: 23 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *A origem egípcia das doutrinas não escritas de Platão*, 2014. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/sem-categoria/as-origens-egipcias-das-doutrinas-nao-escritas-de-platao/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. Platão e os pitagóricos. *ARCHAI: Revista de Estudos sobre as Origens do Pensamento Ocidental*, n. 6, janeiro/2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/archai/article/view/3757/3261>>. Acesso em: 20 jul. 2013.